

AO FALAR EM RELAÇÕES INTERCULTURAIS ocorre-me, de imediato, que elas constituem o núcleo duro de políticas culturais públicas assentes no princípio e na prática da democracia cultural. Gostaria, por isso, antes de mais, de me referir a um princípio sem o qual dificilmente as políticas culturais poderiam merecer a designação de *públicas*. Falo, naturalmente, da intervenção privilegiada na esfera pública, conceito que, na abstracção de Habermas, se pauta pela diferenciação face ao mercado e à lógica da mercadoria, já que, se estes a invadirem, perde-se o “*reino da liberdade e da continuidade (...), a discussão formaliza-se, posição e contraoposição estão de antemão sujeitas a certas regras de apresentação; o consenso na questão torna-se grandemente supérfluo devido ao consenso no procedimento*”¹.

Richard Sennett segue de perto a teoria crítica de Habermas, concentrando-se na análise e denúncia da *tiranía da intimidade*, em que a esfera privada se torna o padrão de toda a acção social, numa espécie de obsessão em que tentamos transformar o mundo “*num espelho de mim*”², um “mercado de auto-revelações” que desagrega o espaço público pela impossibilidade de confronto com os estranhos. Ora, a estranheza é, a meu ver, uma das mais poderosas instituições de criação da diferença para facilitar a comunicação. A linguagem é, precisamente, a objectivação de uma subjectividade que se torna acessível a outrem, pelo seu cariz partilhado. Mas, para além desse conjunto de regras elementares comuns, multiplicam-se os usos, os canais, os códigos, os contextos e quadros

de interacção. É nessa socialização que a linguagem se torna fonte de equívocos, logo, de descoberta e de alargamento do *horizonte de expectativa*, para utilizarmos o heurístico conceito de Jauss. O Outro, como refere Will Wright, é uma *necessidade linguística* que promove a possibilidade de mudanças sociais assentes em processos de aprendizagem de repertórios inéditos³.

Ora, para se compreender a fundo este princípio de política cultural necessitamos de um *conceito outro* que não o de esfera pública, pelo menos na acepção de Habermas. Sugiro *espaço público*, enquanto espaço-tempo concreto, situado na trama histórica e social; espaço produzido e representado, socialmente construído e apreendido, sem perder, no entanto, a sua especificidade e materialidade específicas. Consubstancia-se, assim, uma crítica sugerida por McGuigan a Habermas, ao considerar que a esfera pública, por abstracta e universal, ignora “*as suas formas plurais enquadradas em contextos específicos*”⁴. E falo, ainda, de espaço público *urbano*, seguindo o pressuposto de Isabel Guerra de que ele “*é hoje, aliás como outrora, em larga medida, o domínio por excelência da acção colectiva, questionando formas de entender, de concertar interesses e lógicas divergentes e contraditórias*”⁵.

Concebo este espaço como *distémico* e não *proxémico*, de acordo com a distinção operada por Barry Greenbie⁶. O espaço proxémico remete para a proximidade local e para a tribalização crescente das sociedades urbanas que, apesar da visão optimista que se possa ter a seu respeito (local de efervescência, socialização, consciência

colectiva), propiciam uma lógica endogâmica pouco propícia a cruzamentos impuros. Ora, os espaços distémicos são por tendência cosmopolitas – autênticas *comunidades de estranhos* como, na exemplificação de Sennett, os grandes parques urbanos, as ruas, os cafés, os teatros, as salas de ópera. Tenho, é certo, dificuldade em aceitar estes últimos (cafés, teatros, salas de espectáculo) como espaços públicos, já que exigem direitos de entrada e se traduzem por graus desiguais de acesso com fortes implicações simbólicas⁷, mas é poderosa a sugestão de Sennett.

A tribalização das sociedades urbanas pode, na verdade, alimentar o enfraquecimento do pensamento e do conhecimento *selvagens* – aqueles que se transmitem nos espaços públicos distémicos –, espaços de representação e apresentação, de si e dos outros, como sempre foram os espaços públicos. Ora, esta questão conduz-nos directamente às políticas urbanas. É hoje fortíssima a tendência – e não faltarão exemplos muito concretos – para criar pseudo-espaços-públicos, como os centros comerciais (onde funciona a lógica do panóptico, através da vigilância electrónica, dos seguranças privados...), espécie de arquitectura pastiche ou urbanismo de ficção, objecto visual simplificado, controlado e despolitizado onde o *Outro* é servido em doses de mim próprio com roupa diferente⁸.

Olhemos à nossa volta e verifiquemos como a reconfiguração do espaço público através das grandes operações urbanísticas, associadas à chamada *regeneração*

ou requalificação urbanas, reflecte o esquema subjacente aos centros comerciais. Na ansiedade face ao estranho estimula-se o conforto das repetições etnocêntricas, tão patente em certo mobiliário urbano, bem como a tendência para as chamadas *praças secas*, onde se estimula a passagem, quando muito a mirada repentina de estilos de vida distintos (que, assim, se tornam enclaves mais ou menos exóticos), mas não recantos de paragem ou sociabilidade.

Cesare Pavese falava da necessidade de “*atravessar a rua para sair de casa*”. Mas as tentativas de “salvar” (?) o espaço público encaham na gentrificação ou filtragem social dos espaços, através da sua conversão “*em elemento especializado, um «equipamento mais» da cidade que, amiúde, inclui espaços segregados e monofuncionais, um espaço para crianças, outro para cães, outro para estacionar, outro «monumental», etc. O espaço público perde, assim, as funções fundadoras das quais derivam todas as suas potencialidades: dar forma e sentido ao conjunto da cidade, garantir trajectos e elementos de continuidade e ressaltar as diferenças (...)*”⁹.

Esta debilidade das formas de pensar, construir e fazer cidade traduz-se, por exemplo, no modelo de *cidade genérica* do arquitecto R. Koolhaas¹⁰, cidade sem história, sem traços distintivos, sem identidade, sem o que ele apelida de “*escravidão do centro*”, cidade altamente programada para o automóvel e onde a rua já não é a saída de casa, porque não há zonas de transição.

O espaço público distémico, bem ao contrário, requer elementos de referência, marcos, multifuncionalidade e diversidade de acesso e de usos. Surge, por isso, cada vez mais, como um direito¹¹ na base de múltiplos movimentos sociais e um *locus* de agudo conflito, apesar das tentativas para a sua higienização e neutralização. Daí

OLHEMOS À NOSSA VOLTA E VERIFIQUEMOS COMO A

RECONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO ATRAVÉS DAS GRANDES

OPERAÇÕES URBANÍSTICAS, ASSOCIADAS À CHAMADA REGENERAÇÃO

OU REQUALIFICAÇÃO URBANAS, REFLECTE O ESQUEMA

SUBJACENTE AOS CENTROS COMERCIAIS.

que Sennett defenda, a contracorrente das tendências securitárias que têm medo do espaço público como lugar de insegurança, uma arena de discussão e tagarelice, verdadeiro obstáculo à mobilidade do transeunte indiferente (daí a importância dos recantos, dos pormenores, do mobiliário urbano) que promova a “*conversa no meio da desordem*” e a mistura de funções. O discurso público requer, pois, um bom uso da desordem num contexto de contradições, de quebra das hierarquias, de complexidade das relações, de conflito e de valorização da dignidade do outro na aceitação desse conflito. Como diz Sennett, a sensibilidade ao outro está muito para além do utilitarismo e da tendência da planificação urbana em racionalizar os espaços, esquecendo as margens. Ora, é na liminaridade e nos espaços de fronteira que se gera o interconhecimento¹².

Igualmente contra a neutralização do espaço público, François Maspéro defende a dimensão esquecida: “*O que falta não são nem os bancos, nem as árvores, nem os relvados (...) o que falta é outra coisa bem mais grave: desde o início, aqueles que o desenharam, esqueceram, suprimiram, decididamente, uma dimensão. Planos verticais: as barras. Planos horizontais: o solo. Mas onde está a terceira dimen-*

são? O que existe por detrás de tudo isto? Jamais a profundidade. Onde estão os pátios, os recantos, a pequena loja no seu rebaixo de sombra, a água-furtada de céu onde se vêem passar as nuvens e a cauda do gato da porteira, a esplanada preguiçosa do café e o seu estore que nimba os consumidores de luminosidade alaranjada? Cidades cegas.”¹³

Cidades cegas, as que esquecem “*que a visão se faz e se toma no meio das coisas, lá onde alguém visível se põe a ver*”¹⁴; cidades que esquecem a “*reversibilidade das dimensões*”: ver entre as coisas para ser visto; não esquecer que as coisas nos vêem e que o nosso corpo – a experiência corporal encontra aí a sua matriz – é visto e visível; cidades que se dividem entre o medo da vida de rua e o “*desejo superficial por um passado ficcional*”¹⁵.

As políticas culturais públicas de criação e animação de um espaço público distémico contribuem, decisivamente, para a diversidade semiótica da cidade¹⁶ e para uma imagem clara, distinta e distintiva, favorecendo a *legibilidade* e a *imaginabilidade* dos espaços¹⁷ e facilitando, por conseguinte, as representações sociais dos urbanitas face à cidade, já que, segundo estudos recentes, “*existe (...) uma elevada componente de «abstracção», uma dificuldade na representação social dos cidadãos face à cida-*

de” o que “*dificulta a clarificação de representações sociais mais claras e abrangentes*”, recordando-nos como é difícil “*o exercício de uma cidadania mais activa, quando estamos em presença de quotidianos muitas vezes «semi-urbanos», em territórios em que «as próprias pessoas nem sabem o que é que lhes falta para virem a ser cidades completas»*”¹⁸.

Chego, então, à ocasião de dizer que os usos do espaço público fazem parte das *competências do cidadão* e que a participação cultural que nele se pode desenrolar¹⁹ é uma condição da cidadania global e múltipla. Não é por acaso que *participação* provém do latim *participatio* – partilha ou acção de partilhar, o que nos remete para um quadro de responsabilidade e exigência éticas. Simultaneamente, *cidade* e *cidadania* provêm, ambas, da expressão latina *civitas* ou “condição de cidadão”, aquele que habita num território cuja definição não é burocrática ou administrativa, mas sim política. Sennett reitera que “*a sociedade civil não é apenas aquela que resiste ao poder, mas a que inscreve o poder na ordem do discurso*”²⁰, possibilidade aberta *no e pelo* espaço público.

BIBLIOGRAFIA

BORJA, Jordi e MUXÍ, Zaida, *El Espacio Público. Ciudad y ciudadanía*, Barcelona, Electa, 2003.

ÇELIK, Zeynep, FAVRO, Diane e INGERSOLL, Ingersoll (eds.), *Streets. Critical perspectives on public space*, Berkeley, University of California Press, 1994.

FERNANDES, António Teixeira, “Espaço social e suas representações” in *Sociologia*, n.º 2, 1992.

FERREIRA, Vítor Matias, “Cidade e Democracia – ambiente, património e espaço público” in *Cidades, Comunidades e Territórios*, n.º 1, 2000.

GURRA, Isabel, “O planeamento estratégico das cidades. Organização do espaço e acção colectiva” in *Cidades, Comunidades e Territórios*, n.º 1, 2000, p. 38.

HABERMAS, Jurgen, *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro, 1984.

JOSEPH, Isaac, “Voir, exposer, observer” in AA.VV., *L'Espace du Public. Les compétences du citoyen*, Paris, Éditions Recherches, 1991.

LOPES, João Teixeira, “O estranho próximo de nós” in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 54, 1999.

LYNCH, Kevin, *A Imagem da Cidade*, Lisboa, Edições 70, 1990.

MCGUIGAN, Jim, *Culture and the Public Sphere*, London, Routledge, 1996.

PINTO, José Madureira, “Uma reflexão sobre políticas culturais” in AA.VV., *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local*, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, 1994.

SEIXAS, João, “A cidade não governada. Motivações públicas e governação urbana” in *Cidades, Comunidades e Territórios*, n.º 1, 2000.

SENNETT, Richard, “La conscience de l’oeil” in AA.VV., *L'Espace du Public. Les compétences du citoyen*, Paris, Éditions Recherches, 1991.

SENNETT, Richard, *The Fall of the Public Man*, New York, Norton, 1992.

WALLIN, Luke, The Stranger in the Green in Andrew Light e Jonathan M. Smith (orgs.), *The Production of Public Space*, Boston, Rowman & Littlefield, 1998.

WRIGHT, Will, *Wild Knowledge: science, language and social life in a fragile environment*, Minneapolis, University of Minnesota Press, 1992.

NOTAS

- 1 – Vd. Jurgen Habermas, *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro, 1984, p. 16.
- 2 – Vd. Richard Sennett, *The Fall of the Public Man*, New York, Norton, 1992, p. 8.
- 3 – Vd. Will Wright, *Wild Knowledge: science, language and social life in a fragile environment*, Minneapolis, University of Minnesota Press, 1992.
- 4 – Vd. Jim McGuigan, *Culture and the Public Sphere*, London, Routledge, 1996, p. 28. Cf., também, João Teixeira Lopes, “O estranho próximo de nós” in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 54, 1999, pp. 155-163.
- 5 – Vd. Isabel Guerra, “O planeamento estratégico das cidades. Organização do espaço e ação colectiva” in *Cidades, Comunidades e Territórios*, n.º 1, 2000, p. 38.
- 6 – Vd. Barry Greenbie cit. in Luke Wallin, *The Stranger in the Green* in Andrew Light e Jonathan M. Smith (orgs.), *The Production of Public Space*, Boston, Rowman & Littlefield, 1998, pp. 100-101.
- 7 – São, na verdade, espaços semi-públicos.
- 8 – Vd. Luke Wallin, *art. cit.*, p. 105.
- 9 – Vd. Jordi Borja e Zaida Muxí, *El Espacio Público. Ciudad y ciudadanía*, Barcelona, Electa, 2003, p. 81.
- 10 – Arquitecto e urbanista que, paradoxalmente, constrói edifícios tão emblemáticos – a Casa da Música do Porto é um excelente exemplo – que se transformam em autênticos ícones que marcam e intensificam as passagens e épocas históricas...
- 11 – O Direito à cidade constitui, nas palavras de Vítor Matias Ferreira, “o pressuposto cultural da urbanidade – Vd. “Cidade e Democracia – ambiente, património e espaço público” in *Cidades, Comunidades e Territórios*, n.º 1, 2000, p. 15.
- 12 – Vd. Richard Sennett, “La conscience de l’oeil” in AA.VV., *L’Espace du Public. Les compétences du citoyen*, Paris, Éditions Recherches, 1991, pp. 33-34.
- 13 – Vd. François Maspéro citado in Isaac Joseph, “Voir, exposer, observer” in AA.VV., *L’Espace du Public. Les compétences du citoyen*, Paris, Éditions Recherches, 1991, p. 25.
- 14 – Idem, *ibidem*, p. 26.
- 15 – Vd. Zeynep Çelik, Diane Favro e Richard Ingersoll (eds.), *Streets. Critical perspectives on public space*, Berkeley, University of California Press, 1994, p. 7.
- 16 – Cf., a este respeito, António Teixeira Fernandes, “Espaço social e suas representações” in *Sociologia*, n.º 2, 1992.
- 17 – Conceitos de Kevin Lynch na sua obra já tornada clássica, *A Imagem da Cidade*, Lisboa, Edições 70, 1990.
- 18 – Vd. João Seixas, “A cidade não governada. Motivações públicas e governação urbana” in *Cidades, Comunidades e Territórios*, n.º 1, 2000, p. 63.
- 19 – Cf. José Madureira Pinto, “Uma reflexão sobre políticas culturais” in AA.VV., *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local*, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, 1994. O autor desenvolve várias ilustrações de animação cultural no espaço público urbano.
- 20 – Vd. Richard Sennett, *art. cit.*, p. 34.